O TERRITÓRIO DOS ÍNDIOS CANELA-APĀNJÊKRA (BARRA DO CORDA-MA)

Este trabalho foi escrito originalmente como um parecer para servir de defesa à Fundação Nacional do Índio no processo aberto pelo fazendeiro Yukio Akashe contra o órgão federal, e cuja parte prejudicada diretamente era o grupo Timbira Canela-Apānjêkra. A finalidade da ação movida por Yukio Akashe era a de tentar "reaver" a gleba de terra de nome "Serra Branca", incrustada no território dos Canela-Apānjêkra, e que o referido fazendeiro dizia ser de sua propriedade "há mais de 50 anos".

O processo foi aberto por Akashe em 1977, ano em que os trabalhos de demarcação do território Canela-Apānjêkra tiveram início. Decorridos dois anos desde aquela data, a firma contratada para efetuar a demarcação não conseguiu completar os trabalhos. Primeiro porque os próprios Canela-Apānjêkra, ao perceberem que os limites que estavam sendo demarcados não coincidiam com aqueles que sempre esperaram (por terem sido impostos a eles desde cima, pela delegacia da FUNAI em S. Luís e pelo DGPI), interromperam a demarcação, na esperança de poderem forçar a Funai a rever os limites a leste do território, com os quais não concordavam. Imediatamente após o

fato ter sido comunicado a S. Luís, um representante do DGPI, o senhor Quirino, apareceu na aldeia dando ordens para prosseguir a demarcação "conforme o mapa da Funai", sem ao menos ouvir as reivindicações dos Canela-Apānjêkra. Mas se os índios não foram ouvidos, ou não tiveram força para isso, os moradores brancos da região do rio Enjeitado — limite oeste do território — fizeram-se ouvir e, na mesma ocasião, interromperam a demarcação naquela região, de armas nas mãos. Foi por este fato que a demarcação do território Apānjêkra ainda não se completou. O "caso Akashe", pela evidência e a caracterização fácil da invasão, a Funai parece ter conseguido ganhar.

O território tradicionalmente ocupado pelos Apānjêkra-Canela (aldeia de Porquinhos), compreende toda a extensão que vai do ribeirão Papagaio ao ribeirão Enjeitado, afluente do alto Mearim, no sentido leste/oeste. Ao sul estendia-se até a região do rio Alpercatas, ocupada também pelos Canela-Kēncatêjê, grupo que havia se separado dos Apānjêkra em meados do século XIX e desaparecido enquanto grupo depois do massacre efetuado pelo fazendeiro Raimundo Arruda em 1913. Os sobreviventes Kēncatêjê,

basicamente mulheres e crianças, voltaram a integrar-se aos Apãnjêkra, abandonando o território que ocupavam e que, por sua vez, foi “assimilado às posses” do fazendeiro Raimundo Arruda e descendentes.

Segundo Nimuendajú, “habitavam os Apãnjêkra na aldeia Porquinhos num pequeno afluente da margem direita do alto rio Corda ou Capim. Ao Oriente eles confinavam com os Ramkokamekra-Canela no divisor de águas entre os Porcos e o Papagaio, afluentes da margem direita do Corda. Ao Ocidente, eles estendiam-se além deste rio à região do alto Mearim, até os confins dos campos, pois a mata é ocupada hoje pelos Guajajara. Provavelmente eles eram vizinhos dos Pykôpjê na região do Grajaú”. (1940, p. 34) — (vide mapa anexo).

O major Francisco de Paula Ribeiro, na sua “Memória sobre as nações gentias” refere-se às nações Timbira como “superabundantemente numerosas” e que “absorvem com suas aldeias inumeráveis quase todo o âmbito central destes terrenos — compreendidos entre o Itapecurú e o Tocantins — e que ainda estão por nós desabitados” (1841, p. 184). O major Ribeiro foi, de 1795 a 1817, responsável pela guarnição mantida pela Coroa portuguesa na região da atual Grajaú para dar cobertura à penetração espontânea dos criadores de gado nos cerrados do Maranhão, reprimindo com expedições punitivas os grupos tribais que hostilizavam os moradores recém chegados. Aquele que tiver a paciência — ou o prazer — de ler sua “Memória” encontrará nela, sem nenhuma ambiguidade, o “consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação” exigido pelo Estatuto do Índio (art. 25) e, por outro lado, terá a dimensão histórica exata do que foi — e

tem sido — as relações da “sociedade nacional” com os grupos Timbira: relações de guerra e de tratados não cumpridos.

Os grupos Timbira que capitularam, aceitando a “paz” e a imposição de limites ao seu território, sobreviveram. Mas esta sobrevivência só foi — e é — possível ao preço de uma sedentarização forçada que tem afetado, de modo drástico, a estrutura mesma do modo de produção destas sociedades predominantemente caçadoras e coletoras. Esta imposição de limites territoriais decorrente da “paz” afetou, por exemplo, o *optimum* demográfico destas sociedades, que se encontra hoje muito abaixo daquele que a própria organização social possibilita. Os Apãnjêkra, apesar do incremento populacional verificado nos últimos anos (1919-118 hab.; 1974-191 hab.; 1977-250 hab.) não alcançarão mais as cifras populacionais dos séculos XVIII e XIX, estimadas em 2.000 hab. Estes mesmos Apãnjêkra aceitaram esta “situação de paz” a partir de 1913, após o massacre dos seus “parentes” Kêncatêjê, deixando por isso de frequentar — utilizar — seus territórios abaixo das cabeceiras do rio Corda concentrando-se acima daquelas, para o lado do ribeirão Enjeitado.

Quais os critérios usados pela Funai para determinar os limites necessários a um território indígena? Qual, por exemplo, a relação entre o crescimento demográfico e o volume de produção de alimentos sob as condições de funcionamento do sistema de produção inerente à sociedade em questão? O art. 23 do Estatuto do Índio garante “a ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detêm...”. Isto não implica que uma sociedade de

caçadores — como os Apãnjêkra — deva ter garantido seus territórios de caça e a possibilidade de continuar existindo como tal?

Na verdade, os limites impostos aos Timbira de uma maneira geral, são os limites territoriais tidos como “naturais”, ou seja, limites estabelecidos pelo processo histórico de ocupação e dominação das áreas indígenas pelo avanço e estabilização da frente de expansão pastoril nos cerrados maranhenses. O art. 25 diz: “...atendendo a situação atual e o consenso histórico...”. *E o futuro?* Uma sociedade de caçadores e coletores não se transforma num passe de mágica em uma sociedade predominantemente agrícola. Ainda que as condições territoriais não permitam mais os deslocamentos necessários ao exercício efetivo da caça e da coleta, a ideologia (os procedimentos generalizados do pensamento e da ação) continuará a ser, por um período indefinido, uma ideologia de caçadores e coletores. É essa a contradição com que se defrontam os Canela, os Krahô.

Os responsáveis imediatos pela demarcação do território Apãnjêkra, o chefe do PI, Daniel Simões, e seu “porta voz”, o “capitão” Euzébio Hôhot, tomaram como referência para o estabelecimento dos limites definitivos apenas a “situação atual”. Nem mesmo o “consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação” foi considerado, pois os limites da área “respeitou” a ocupação de uma grande parte do território tradicional pelos moradores. Neste quadro, que sentido pode ter este consenso histórico? Na verdade ele apenas garante o que resta do território em face a “situação atual”, produto de uma história que, do ponto de vista do branco, é irreversível.

O “caso Akashe” faz parte deste processo de ocupação. Mas antes dos pormenores é necessário deixar bem claro que toda a região compreendida entre os ribeirões Papagaio e Enjeitado é território tradicionalmente ocupado pelos Apãnjêkra-Canela. E que todos os ocupantes “históricos” de porções deste território sabem que ocupam “terra de índio”. Durante o século XIX, notadamente depois da “pacificação” (após 1850), o procedimento normalmente utilizado para a ocupação era feito em troca de permissões temporárias dadas pelos Canela para a “invernada” do gado no território. Deste modo, os fazendeiros vizinhos podiam garantir a não matança de seu gado pelos Canela em troca de algumas cabeças dadas como pagamento do uso da terra. O extinto SPI “oficializaria” mais tarde, esta prática.

O “caso Akashe”: por volta de 1880, contam os Canela, a aldeia estava localizada perto das margens do ribeirão Enjeitado, num lugar chamado São Joaquim (Caaxôrecô). Depois mudaram-se para as margens do ribeirão “Serra Branca” devido a morte de um feiticeiro, um Canela-Ramkokamekra. Nesta época um tal Emiliano Rodrigues — segundo os Canela, pai da mulher do Akashe —, morador das Piranhas (vide mapa), pediu ao chefe Antonio Sapucaia Hôhot para invernar seu gado na região da “Serra Branca”. Em troca lhe daria 4 cabeças de gado por ano. Com a morte do chefe Antonio Sapucaia, mudaram-se para o “Gonçalo” (*Jikrehihtu*). O novo chefe, “major” Felipe, não cobrou mais o gado devido por Emiliano Rodrigues e o “contrato” foi desfeito. A partir daí as matanças de gado recomeçaram forçando o “Caninho” (apelido de Emiliano) a procurar outra “invernada” para seu gado, Enjeitado

abaixo. É fácil comprovar este relato: é só deixar-se acompanhar dos Canela que eles mostram os lugares de antigas aldeias (“taperas”), apontando o lugar das casas, o pátio, o caminho da fonte etc... Na “Serra Branca” e no “Açude”, antigas aldeias, os Canela ne mostraram vários locais com as pedras redondas usadas na “moquia” (cozimento com pedra).

Depois de 1913, após o massacre dos Canela-Kêncatêjê portanto, os Canela procuraram se afastar do gado, isto é, das margens do Enjeitado, temendo novas represálias por parte dos fazendeiros. Nesse período, em que as aldeias acompanham as margens do Corda e afluentes, o gado dos moradores das Piranhas e de outros das margens do Enjeitado começam a fixar-se nos cerrados à margem direita daquele ribeirão. Com a instalação de um posto do SPI na aldeia do Ponto (Canela-Ramkokamekra), em 1941, e, principalmente, com a chegada do encarregado de nome Castelo Branco — que, segundo Nimuendajú, “expulsava a tiros fazendeiros invasores e considerava como caça todo o gado que se encontrasse nas terras Canela” os Apãnjêkra, sentindo-se de algum modo protegidos, voltam a percorrer seus antigos territórios no Enjeitado (transferência da aldeia para o Açude e, mais tarde para a Rancharia). Mas é necessário frisar que a presença do SPI em área Canela-Apãnjêkra era débil. Depois da saída de Castelo Branco (1951), nem o SPI e nem posteriormente a FUNAI impediram a presença e permanência de pequenos núcleos de moradores na área Apãnjêkra. A FUNAI, por exemplo, através do chefe do PI Daniel Simões (na área desde 1969), apenas “assistiu” o levantamento e medição de terra que o senhor Akashe fez — em

1971 — da dita “Serra Branca”, território que o senhor chefe do posto sabia ser dos Apãnjêkra.

Os limites atuais impostos aos Canela-Apãnjêkra pela demarcação administrativa encerra o longo processo de imposição do território iniciado no século XVIII. E tem também sua história particular, seus atos de barganha e traição. Contam os Canela: “O Euzébio enganou a gente; disse que os fazendeiros iam dar 40 cabeça de gado prá nós e daí ele tirou este terreno pequeno”. Por outro lado, Daniel Simões, que se encontra na área há um bom tempo, *deveria* conhecer os limites do território necessários à sobrevivência do grupo enquanto grupo, principalmente porque ele conhece o incremento populacional verificado nos últimos anos e a necessidade irreversível da sedentarização crescente dos Canela em uma região com escassez de terras agricultáveis. Mas, apesar de conhecer relativamente bem o território tradicional e saber da existência de um outro mapa, onde estava especificado de modo preciso, sem ambiguidades, os limites territoriais pretendidos pelos Canela, Daniel Simões preferiu barganhar com os moradores tradicionais, que ele por sinal conhece e com os quais mantém boas relações. A propósito deste antigo mapa ainda cabe informar que ele foi feito pelos próprios índios, tem a forma quadrada, mais é absolutamente preciso nas suas indicações, e mostrava qual o território pretendido pelos Apãnjêkra. Em 1975, junto com um relatório que enviei à esta Fundação pedindo urgência para a demarcação em vista do problema com os invasores já estar se agravando àquela época, anexeí uma cópia do referido mapa. Mas pelo jeito ninguém do DGPI tomou conhecimento dele.

Em 1973, Daniel Simões, juntamente com seu "porta-voz", o "capitão" Euzébio fez outro mapa da área, atendendo solicitação da 6a. DR tendo em vista a ação de demarcação da reserva que havia sido proposta pela União no mesmo ano. Os limites estabelecidos por este mapa eram dados justamente pelo "cinturão" de moradores invasores. Esse mapa foi posteriormente enviado à Brasília onde foi plotado (?) na carta planimétrica do Radam e oficializado como "reserva indígena Porquinhos".

O senhor Armando Perfetti, ex-delegado da Funai em São Luis, afirma, "o perímetro da área indígena Porquinhos foi traçado pela comissão de terras da Funai após estudos prévios realizados na área pelo Radam". O que não é de forma alguma verdadeiro: a comissão de terras da Funai não percorreu a área (tenho provas gravadas sobre isto, com Daniel relatando); o Major Saul tão somente sobrevoou a área, já em junho de 1977, para confirmar os pontos indicados pelo mapa feito por Daniel. A comunidade Apãnjêkra foi deixada completamente de lado. As justificativas apresentadas por Daniel para defender seu mapa eram duas: 1a.) que a área que ele havia "tirado" era grande... em relação a área dos seus vizinhos Canela-Ramkokamekra, pois a primeira mede 72 mil ha. para um população de 250 hab. e a segunda 112 mil ha. para uma população de 250 hab.; 2a.) que se fosse obedecer o que os Canela-Apãnjêkra queriam a demarcação ia demorar muito, pois tinha muita gente para tirar fora (estas declarações também estão gravadas). Neste sentido, é justo afirmar, me parece, que a Funai, por via do seu funcionamento, *lesou* o patrimônio indígena premeditadamente e não

respeitou o direito constitucionalmente reconhecido dos Apãnjêkra sobre seu território.

Quanto aos limites em si que estão sendo traçados devo acrescentar ainda que a forma que estão sendo feitos é de uma irracionalidade incrível. Não se aproveitou a divisa natural do Enjeitado "porque tem muito morador com título do Inca", segundo Daniel. Mas o problema não se resolveu nem mesmo com a linha seca traçada a 3 Km. do referido ribeirão, pois ela corta casas e propriedades do mesmo modo, o que provocou a revolta dos moradores. A demarcação está interrompida justamente por isso. E tem mais: mesmo que ela se complete, a Funai pode esperar problemas graves nesta região no futuro pois os moradores ali são na sua grande maioria, criadores de gado: além do Enjeitado, a região é de mata, sem as pastagens naturais do cerrado, e boa parte destes moradores não dispõem de recursos para a criação de pastos artificiais. O resultado é que o gado continuará penetrando os cerrados, a área indígena pois, e com certeza os Apãnjêkra reconhecerão o seu direito ao abate... Quanto ao senhor Akashe, devo acrescentar ainda que ele penetrou na área indígena há 8 anos atrás apenas e sem que a chefia do posto tomasse providência. Aliás o senhor Akashe é considerado pelo chefe do PI Porquinhos como um mero "invasor" e não um morador "tradicional".

"... porque o terreno é nosso, nós não tá roubando. O terreno é nosso, nosso. Nós que vamo precisá, então nós marca. Porque fazendeiro é que tá ensinando presidente, que ele tá marcando terreno bem ali prá nós. Aonde é que nós vamo dar uma caçada? Porque bem ali eu não quero. E eu